

Contrato nº ____/____ do XXXXX.

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPREITADA QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO RAZÃO SOCIAL DA ENTIDADE E DO OUTRO LADO A RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA.

CONTRATANTE: **RAZÃO SOCIAL DA ENTIDADE**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº XXXXX, situada na XXXXX, nº XXX, no Bairro XXX, em XX/UF, neste ato, representada pelo seu Cargo, **Sr. Nome Completo**, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do RG nº XXX Órgão Expedidor, inscrito no CPF sob o nº XXX.

CONTRATADA: **RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA**, inscrita no CNPJ sob o nº XXXX e Inscrição Estadual nº XXXX, estabelecida na XXXX, nº XXX, no Bairro XXXX, em XXX/UF, neste ato representada pelo seu Cargo **Sr. Nome Completo**, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do RG nº XXX Órgão Expedidor, inscrito no CPF sob o nº XXXXXX.

As partes acima identificadas e qualificadas, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** a primeira, e **CONTRATADA**, a segunda, celebram o presente Contrato devidamente autorizado no **Processo nº XXX/2022**, tendo por fundamento o procedimento licitatório, na modalidade de **CONCORRÊNCIA nº 009/2022**, do tipo **MENOR PREÇO, REGIME DE CONTRATAÇÃO DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, homologado em XX/XX/XXXX, realizado nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do SENAI e ainda seus Anexos e a proposta equalizada de xx/xx/xx da CONTRATADA, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1 O objeto deste instrumento é a **Contratação de empresa especializada na instalação e execução do Sistema de Circuito Fechado de TV (CFTV) da Unidade do SENAI na cidade de SORRISO-MT, com fornecimento de material e mão de obra, conforme descrito neste Edital e seus anexos.**

1.2 Os serviços serão executados na forma deste instrumento, obedecendo integral e rigorosamente às descrições, especificações, instruções e demais elementos fornecidos pelo CONTRATANTE, passando todos estes elementos e documentos, assim como a proposta da CONTRATADA, depois de devidamente rubricada pelas partes contratantes, a constituírem parte integrante deste contrato, de cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento e aceitam independentemente de anexação.

1.3 São partes integrantes deste contrato, o Edital do CONCORRÊNCIA nº 009/2022/SENAI e todos os seus Anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Execução da Obra / CFTV

2.1 - Execução Obra:

2.1.1 A CONTRATADA **se obriga a executar os serviços rigorosamente, de acordo com o estabelecido nas Cláusulas acima, no Termo de Referência, nos Memoriais Descritivos e nos Projetos**, devendo arcar com todas as despesas concernentes a materiais e mão de obra, que serão sempre de primeira qualidade e especializada, bem como todas as despesas relativas à instalação, equipamentos e ferramentas de sua propriedade ou alugadas que se fizerem necessárias à perfeita e cabal execução dos serviços. Outrossim, ficará a cargo da CONTRATADA a realização de todos os ensaios tecnológicos, verificação de provas de materiais e equipamentos fornecidos, serviços e instalações executados ou de reparos que porventura se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

2.1.1.1 A Obra será executada no endereço:

UNIDADE: SENAI SORRISO.
ENDEREÇO: Rua São Cristovão nº 436
BAIRRO: Distrito Área de Expansão Urbana
CIDADE: Sorriso-MT - CEP: 78.890-000

2.1.2 A direção geral da obra, na forma da legislação vigente, será entregue a um Engenheiro ou Arquiteto para efetuar além dos serviços de acompanhamento diário da execução dos serviços, o acompanhamento das inspeções realizadas pela Fiscalização.

2.1.3 A CONTRATADA manterá, permanentemente, à frente dos trabalhos um encarregado geral, o qual deverá apresentar todo e qualquer esclarecimento referente ao andamento dos serviços.

2.1.4 Para a perfeita execução e completo acabamento da obra e serviços objeto deste contrato, a CONTRATADA se obriga a prestar toda a assistência técnica e administrativa necessária para um andamento coerente com o cronograma físico-financeiro da execução.

2.1.5 A CONTRATADA se obriga a cumprir, integralmente, no que se refere ao pessoal empregado na obra, a legislação vigente sobre tributos, obrigações trabalhistas, previdência social e acidentes de trabalho, por cujos encargos responderá unilateralmente, em toda a sua plenitude.

2.1.6 A execução dos serviços obedecerá rigorosamente às normas disciplinares e de segurança do CONTRATANTE, podendo ser exigido afastamento daqueles funcionários da CONTRATADA, cuja conduta a critério do CONTRATANTE, seja considerada inconveniente.

2.1.7 Caberá à CONTRATADA todas as providências junto às repartições competentes e empresas concessionárias de serviços públicos, para que se façam as ligações (provisórias) e definitivas de água potável, esgoto, telefone, luz e força para o objeto deste instrumento, correndo por conta as despesas relativas às instalações, tarifas e consumo durante a execução dos trabalhos objeto do presente contrato.

2.1.8 Os entulhos resultantes de demolições ou perfurações, assim como os materiais que não possam ser aplicados nos serviços, serão, a juízo da fiscalização, removidos pela CONTRATADA, imediatamente ou de acordo com o andamento dos trabalhos, devendo a obra estar sempre limpa e desembaraçada, devendo todo os resíduos sólidos decorrentes das demolições serem transportados conforme Legislação específica e por empresas credenciadas, transportadoras de botafora.

2.1.9 A CONTRATADA poderá, mediante prévia e expressa autorização do CONTRATANTE, contratar com terceiros, os elementos ou suas partes que constituem especialidades definidas, ficando a responsabilidade de todos os serviços assim executados, em qualquer hipótese, sob garantia da CONTRATADA, inclusive instalações e equipamentos especiais.

2.1.10 Compete a CONTRATADA providência todos os detalhes de execução necessários ao perfeito andamento dos serviços, os quais serão, sempre, submetidos à fiscalização para aprovação prévia.

2.1.11 A CONTRATADA providenciará na obra, local adequado para sua fiscalização, que será procedida por pessoa indicada e credenciada pelo CONTRATANTE, fornecendo ao mesmo, todos os dados necessários à verificação da fiel execução do projeto, especificações, plantas, etc. Nesse local será mantido um "Diário de Obras", com folhas numeradas, fornecido pela CONTRATADA, a ser rubricado, diariamente pelo representante da CONTRATADA e pela fiscalização do CONTRATANTE, na qual serão, diárias e obrigatoriamente, lançados todos os fatos e/ou ocorrências relacionadas com a execução dos trabalhos, principalmente a data do término de cada etapa.

2.1.12 Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização ou pessoas credenciadas para esse fim, deverão ser fornecidos imediatamente, salvo quando depender de verificação, através de cálculo ou teste, casos em que será concedido o prazo necessário.

2.1.13 A CONTRATADA poderá subcontratar partes do objeto contratual, desde que haja consentimento prévio e expresso do CONTRATANTE e seja mantida a sua responsabilidade perante a este, sendo vedada a subcontratação com licitante que tenha participado do procedimento licitatório.

2.1.14 Não deverá haver, em nenhuma hipótese, emendas nos cabeamentos;

2.1.15 O cabeamento deverá ser lançado nos leitos das eletrocalhas, perfilados e eletrodutos de forma que os cabos fiquem bem acomodados e organizados, não sendo trançados ao longo destes percursos, evitando empilhamentos e laços dos cabos;

2.1.16 Todo conduto do cabeamento deverá ser instalado com qualidade e acabamento por profissionais qualificados, não deixando reabargas, aberturas entre emendas ou quinas vivas em seu caminhamento que possam danificar a isolamento dos cabos. Os locais de mais atenção para que estes problemas de acabamento não ocorram são derivações de eletrocalhas para eletrodutos, curvas de eletrocalhas, emenda de eletrocalhas e acabamento de eletrocalha/eletroduto em quadros ou caixas de passagens;

2.1.17 Os cabos não poderão ficar instalados de forma amassada, nem poderão sofrer tensão, pressão ou deformações no momento de sua instalação;

2.1.18 Deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, todos os materiais, mão de obra, mesmo que não explicitamente descrito nas especificações e ou projetos, porém indispensáveis a adequada montagem e funcionamento dos sistemas propostos;

2.1.19 Os serviços devem ser feitos por grupo de pessoas especializadas e habilitadas, de modo a atender as Normas Técnicas da ABNT, relativas a execução dos serviços;

2.1.20 Toda e qualquer alteração do projeto durante a obra deverá ser feita mediante consulta prévia da fiscalização.

2.1.21 Todos os serviços de instalação de CFTV devem obedecer rigorosamente os passos descrito no Memorial.

2.1.22 Todas as áreas afetadas pelas escavações, tais como: gramados, jardins, calçadas, etc...deverão ser recuperadas com materiais e replantios idênticos aos existentes.

2.1.23 A obra deverá ser entregue completamente limpa e desimpedida de todo e qualquer entulho ou pertence da CONTRATADA e com as instalações em perfeito funcionamento.

2.2.11 É obrigatório que todo o Sistema (Cameras, NVR'S e demais equipamentos) sejam do mesmo fabricante de modo a atender a compatibilidade e garantia do sistema.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Modificações

3.1 No caso de necessidade imperiosa de qualquer espécie de alteração ou modificação será esta devidamente exposta ao CONTRATANTE, por escrito, e dependerá de sua autorização, ouvida previamente a fiscalização e seus consultores.

3.2 Havendo concordância por escrito do CONTRATANTE com qualquer alteração ou modificação, a CONTRATADA deverá apresentar, dentro do prazo estabelecido, o orçamento detalhado e o cronograma dos trabalhos a serem efetuados. Este orçamento deverá obedecer aos preços unitários constantes da proposta da CONTRATADA.

3.3 Não poderá a CONTRATADA pleitear acréscimo de preço sob alegação de falhas, omissões ou inexecutabilidade de qualquer parte das normas e especificações, entendendo-se previstos nos preços unitários constantes da proposta, o custo dos serviços e das modificações que forem imprescindíveis à execução.

3.4 A CONTRATADA obriga-se a executar quaisquer serviços extraordinários que decorram de modificações das normas e especificações, ou outros serviços complementares solicitados pelo CONTRATANTE, mediante Contrato nº XXX/2022 da ENTIDADE - Processo nº xxx/2022 - Página 3 de 16

solicitação escrita, observando-se para a sua execução, os preços unitários que figurem na proposta da CONTRATADA, cabendo ao CONTRATANTE a análise e aprovação desses preços. Não constando esses preços unitários na proposta, serão apresentadas pela CONTRATADA novas composições para análise e aprovação por parte do CONTRATANTE.

3.5 Caso os trabalhos relativos à modificação ou alteração impliquem em dilatação de prazo total da obra, deverá tal circunstância ser também salientada, para prévia concordância do CONTRATANTE.

3.6 A CONTRATADA arcará com todos os prejuízos decorrentes da não obediência ao que ficou acima estabelecido.

CLÁUSULA QUARTA – Do Prazo de Execução da Obra e Vigência do Contrato

4.1 Conforme cronograma, o **prazo máximo previsto para execução** das obras será **04 (quatro) meses**, a contar da data de recebimento da **ORDEM DE SERVIÇOS**, que deverá ser cumprido fielmente.

4.2 Admite-se a prorrogação do prazo acima, mantidas as demais cláusulas do contrato e **assegurada à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro**, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados no processo de contratação:

- a) Alteração do projeto ou especificações, solicitadas e/ou autorizadas pelo CONTRATANTE;
- b) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- c) Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e de interesse do CONTRATANTE;
- d) Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pelo CONTRATANTE em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- e) Omissão ou atraso de providências a cargo do CONTRATANTE, que resulte diretamente em impedimento ou retardamento na execução do contrato.

4.3 Se necessário, por motivos de sua responsabilidade, a CONTRATADA deverá solicitar formalmente a prorrogação do prazo de execução, **durante o período estabelecido no item 4.1**, instruindo o pedido com os comprovantes adequados que o justifiquem, o que será analisado pelo CONTRATANTE, podendo esta ser concedida ou não, sem prejuízo da aplicação de penalidades quando for o caso.

4.4 A extensão do prazo não exonera a CONTRATADA de suas obrigações.

4.5 O presente contrato terá vigência de **08 (nove) meses**, observando-se as disposições contidas na cláusula **DÉCIMA SÉTIMA**, a qual tem por parâmetro, a data de sua assinatura (eletrônica ou física) contratual, podendo ser prorrogado mediante formalização de termo aditivo, desde que devidamente justificado e autorizado pelo **CONTRATANTE** e observadas as disposições contidas no RLC SESI/SENAI.

Parágrafo Único - O contrato poderá ser prorrogado, mediante a celebração de Termo Aditivo, conforme legislação vigente, desde que seja autorizado pela Autoridade Administrativa do CONTRATANTE.

4.6 Se houver prorrogação do prazo contratual estabelecido no **item 4.5** deste instrumento, **a vigência e coberturas da Garantia Contratual**, deverão ser obrigatoriamente alteradas pela CONTRATADA **de forma a atender o disposto no item 11.3 do Edital**.

CLÁUSULA QUINTA – Do Preço e Forma de Pagamento

5.1 Do Preço:

5.1.1 O CONTRATANTE pagará pelo total da obra a importância de **R\$ xxx (xxxx) e**, deverá observar a distribuição abaixo, a ser faturado conforme disposição contida no item **5.5.1**.

5.1.1.1 O valor constante do item 5.1.1 abrange todas as obras e serviços relativos ao objeto do presente contrato, bem como as despesas com fornecimento de materiais, mão de obra, encargos sociais, ferramentas e equipamentos, assistência técnica, administração, benefícios, despesas gerais, etc., e mesmo aquelas não especificadas, cujo ônus será de exclusiva e única responsabilidade da CONTRATADA.

5.1.2 O preço dos serviços extraordinários decorrentes de modificações de projeto, devidamente autorizados pelo CONTRATANTE, será estabelecido a partir dos preços unitários que figurem na proposta apresentada pela CONTRATADA, cabendo à fiscalização analisar a ocorrência dos mesmos e conseqüentemente, aceitá-los ou não.

5.1.3 As medições para faturamento deverão ocorrer em conformidade com Cronograma Físico-Financeiro apresentado na licitação.

5.1.4 Os preços unitários de eventuais serviços extras que não constem da proposta serão estabelecidos em comum acordo entre os contratantes, mediante apresentação da composição dos ditos preços unitários pela CONTRATADA, e aprovados formalmente pelo CONTRATANTE.

5.2 Da Forma de Pagamento:

5.2.1 O pagamento referente será realizado exclusivamente através de depósito em conta bancária, em instituição bancária indicada pela CONTRATADA.

5.2.2 A conta indicada deve ser de titularidade da CONTRATADA e será incluída no cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, não sendo efetuado o pagamento através de crédito em conta de terceiros.

5.2.3 Caberá a CONTRATADA, caso haja alguma alteração de dados bancários ou cadastrais, requerer formalmente as alterações junto ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de **10 (dez) dias úteis** da data de vencimento de qualquer obrigação financeira.

5.2.4 Qualquer alteração da forma de pagamento será submetida à análise e autorização prévia e formal da Administração Superior do CONTRATANTE.

5.3 Dos Prazos Faturamento e Pagamento:

5.3.1 O cumprimento dos prazos estabelecidos para pagamento fica condicionado à aprovação dos serviços pela fiscalização do Contrato, bem como a apresentação da medição e faturamento até o **20º dia do mês, após essa data o faturamento deverá ser apresentado no mês subsequente, preferencialmente até o 5º dia do mês.**

5.3.2 Após conferência das medições pelo fiscal indicado do Contrato e regularidade fiscal, a tesouraria do CONTRATANTE pagará pelos serviços efetivamente executados pela CONTRATADA, no prazo de 20 (vinte) dias corridos.

5.4 Condições de Pagamento:

5.4.1 As Faturas/Notas Fiscais serão pagas após o visto da fiscalização, comprovada a efetiva e adequada execução dos serviços a que se referirem, mediante autorização da Administração Superior do CONTRATANTE e deverão vir acompanhados dos documentos relacionados abaixo:

- a) Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS e comprovante de pagamento;
- b) Cópia da Guia de Recolhimento de Contribuições Previdenciárias e comprovante de pagamento;
- c) Cópia da GFIP/SEFIP contendo relação dos empregados, emitida para o CNPJ da Entidade do CONTRATANTE;
- d) Guia de recolhimento dos encargos sociais: tributos;
- e) Guia de recolhimento do ISS;
- f) Relação e comprovante de pagamento dos empregados que laboram na execução da obra (holerites e comprovante de crédito), indicando a data do crédito, inclusive dos empregados substitutos;

- g) Cópia do comprovante de pagamento de todos os benefícios (transporte, alimentação e outros previstos em Lei), indicando a data do crédito, inclusive dos empregados substitutos;
- h) Relatórios fotográficos colorido das medições, com no mínimo 12 fotos coloridas;
- i) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - vigente;
- j) Certidão de Regularidade Fiscal perante o FGTS - vigente;
- k) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - vigente;
- l) Certidão Negativa de Débitos da competência da Procuradoria Geral do Estado – vigente;
- m) Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Estadual - vigente;
- n) Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Municipal - vigente;
- o) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial – vigente;
- p) Planilha de medição, constando o percentual de cada item medido.

5.4.2 A CONTRATADA deverá informar no corpo da Fatura/Nota Fiscal a identificação do contrato, a descrição dos serviços ou produto, o período de execução/fornecimento, as quantidades, o preço unitário, preço total e dados bancários.

5.4.3 O CONTRATANTE fará todas as retenções obrigadas por lei no momento do pagamento da Nota Fiscal/Fatura.

5.4.4 O CONTRATANTE reserva-se no direito de suspender o pagamento quando observada qualquer irregularidade na execução da obra, desde que a irregularidade seja comunicada formalmente à CONTRATADA e em tempo hábil para correção e esta não tenha corrigido.

5.4.5 A CONTRATADA não poderá reclamar de qualquer aplicação de juros ou multas sobre os pagamentos atrasados quando o atraso for decorrente de pendências contratuais de sua responsabilidade, bem como a suspensão não a exime das obrigações por ela assumidas.

5.4.6 É responsabilidade da CONTRATADA certificar-se de que a Fatura/Nota Fiscal foi entregue ao destino correto, não cabendo qualquer reclamação por extravio de documentos, ficando sob sua responsabilidade todos os custos decorrentes deste extravio.

5.4.7 Todas as despesas decorrentes de transações bancárias serão de responsabilidade da CONTRATADA.

5.4.8 Nenhum pagamento será realizado sem que todas as exigências documentais sejam supridas e qualquer obrigação da CONTRATADA não seja cumprida.

5.4.9 O CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco ou aqueles que forem negociados em factorings.

5.5 Dados para emissão e apresentação do faturamento:

5.5.1 Deverão ser emitidas Faturas/Notas Fiscais, com os dados do CONTRATANTE abaixo relacionado:

| CNPJ | NOME EMPRESARIAL | NOME Fantasia | SUBSTITUTO | INSC MUNICIPAL | ENDEREÇO |
|------|------------------|---------------|------------|----------------|----------|
| | | | | | |

5.5.2 A Fatura/Nota Fiscal e documentações exigidas deverão ser feita mediante protocolo no seguinte endereço:

Edifício do SISTEMA FIEMT
SETOR: Gerencia de Apoio ao Negocio (Protocolo)
ENDEREÇO: Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 4.193.
BAIRRO: Centro Político Administrativo - CIDADE: Cuiabá/MT - CEP: 78.049-940

5.6 O PAGAMENTO DA ÚLTIMA PARCELA, que não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) do valor global da obra, somente será efetuado após a conclusão definitiva dos serviços, mediante a aprovação, sem restrições aceita pela fiscalização e, emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Obra.

5.6.1 Os Serviços serão atestadas por **uma Comissão** especialmente designada pela Administração do CONTRATANTE e, será adotado o procedimento abaixo:

- a) Verificar se tudo foi executado de acordo com as disposições do Edital, do Contrato, Projetos e Especificações Gerais;
- b) Notificar a CONTRATADA das irregularidades observadas, cuja notificação será anexada ao processo original e encaminhada a Administração Superior do CONTRATANTE;
- c) **No decorrer da execução, por ocasião da apresentação das respectivas medições, deverá haver o monitoramento e a exigência por parte do CONTRATANTE, do recolhimento dos todos os encargos trabalhistas, fiscais e parafiscais devidos pela CONTRATADA.**
- d) Caso seja constatada a inexistência de **irregularidades de execução**, será preparado o **Termo de Recebimento Definitivo**.

CLÁUSULA SEXTA – Da Responsabilidade

6.1 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 6.1.1 Estar devidamente cadastrada no CREA/MT ou CAU/MT, assim como o responsável técnico;
- 6.1.2 Iniciar a prestação dos serviços no prazo estabelecido na Ordem de Serviços.
- 6.1.3 Cumprir integralmente todas as exigências e condições constantes no Contrato, Edital e seus Anexos.
- 6.1.4 Reparar, corrigir, remover, ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da contratação em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 6.1.5 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- 6.1.6 Atender às determinações da Fiscalização credenciada CONTRATANTE e prestar informações exatas à mesma, não criando embaraços.
- 6.1.7 Promover remoções dos entulhos a cada etapa dos serviços, de maneira que o local permaneça sempre limpo.
- 6.1.8 Responsabilizar-se por qualquer dano causado ao CONTRATANTE, a prepostos seus ou a terceiros, inclusive móveis e utensílios, provocados por ação ou omissão da CONTRATADA, em decorrência da execução dos serviços, objeto deste.
- 6.1.9 Efetuar pagamentos de impostos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, além de despesa de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita execução do Contrato.
- 6.1.10 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas os seus empregados, quando nas dependências do CONTRATANTE, no desempenho dos serviços relativos a este certame ou em conexão com ela.
- 6.1.11 Providenciar o transporte da equipe que executará os serviços para o local da obra.
- 6.1.12 Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação.
- 6.1.13 Indenizar terceiros e/ou o CONTRATANTE, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos causados por culpa ou dolo, devendo a CONTRATADA adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância à exigência da Autoridade Competente e às disposições legais vigentes.
- 6.1.14 Conhecer, perfeitamente a área onde serão executadas as obras, não podendo, sob pretexto algum, alegar desconhecimento da mesma, das condições de acesso e demais pormenores, devendo obter toda e qualquer Licença ou Alvará, inclusive ambientais e/ou culturais, relativas à obra, encaminhando cópia autenticada ao CONTRATANTE.
- 6.1.15 Todos os serviços mencionados em qualquer dos documentos que integram o presente Contrato, tais como: plantas, cortes, detalhes, especificações, normas, instruções, fornecidos pelo CONTRATANTE, serão de responsabilidade direta da CONTRATADA, devendo a mesma ainda, efetuar Contrato nº **XXX**/2022 da ENTIDADE - Processo nº xxx/2022 - Página 7 de 16

todos os controles necessários para assegurar a qualidade dos materiais usados na obra, responsabilizando-se pelos mesmos, como ainda, obedecer as legislações vigentes;

6.1.16 Responsabilizar-se pela análise e estudos dos elementos técnicos fornecidos pelo CONTRATANTE para a execução das obras e serviços, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de ignorância de tais documentos. Caso a CONTRATADA constatare quaisquer discrepâncias, omissões ou erros, inclusive qualquer transgressão às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor, deverá comunicar o fato, por escrito, ao CONTRATANTE para que tais defeitos sejam sanados.

6.1.17 Implantar e fazer cumprir as NR's 06, 07, 15 e 18, da Portaria MTB N° 3.214/78, correndo por sua conta as despesas decorrentes, devendo esta ainda fornecer e exigir o uso de EPI's pelos seus empregados. Deverá também a CONTRATADA seguir todas as normas de segurança e condições de trabalho descritos na NR-18 (Obras de Construções, Demolição e Reparos), Tratado do Trabalho na Indústria da Construção Civil.

6.1.18 Empregar o maior rendimento e segurança dos trabalhos e dos serviços, mesmo que a fiscalização do CONTRATANTE, não lhe faça exigência a respeito, utilizando de materiais e mão de obra de primeira qualidade de acordo com as especificações do projeto.

6.1.19 Responsabilizar-se pela guarda e vigilância dos materiais, equipamentos e documentos necessários à obra, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

6.1.20 Comprovar que a execução da obra e serviços foi prejudicada, em razão de situações de caso fortuito ou de força maior, e solicitar prorrogação de prazos de execução e entrega da obra, por exato período correspondente ao tempo do prazo prejudicado por aquelas situações de excepcionalidade, mediante prévia justificativa e competente formalização de Termo Aditivo ao Contrato e com a entrega de cronograma físico.

6.1.21 Analisar e apontar as interferências que eventualmente venham ocorrer durante a execução dos serviços da obra e deverá resolvê-las antes ou depois da execução, caso não tenham sido detectadas previamente, sem ônus ao CONTRATANTE. Qualquer solução alternativa deverá ser sempre aprovada pela FISCALIZAÇÃO, antes de sua execução.

6.1.22 Não subcontratar os serviços objeto deste Contrato, salvo se for previamente e expressamente aprovada pelo CONTRATANTE.

6.1.23 Assumir o polo passivo de ações judiciais interpostas contra o CONTRATANTE em razão ou em decorrência da obra objeto deste Contrato.

6.1.24 Disponibilizar para a direção do canteiro de obras um Engenheiro ou Arquiteto para efetuar, acompanhamento das inspeções realizadas pela fiscalização.

6.1.25 Orientar o profissional alocado na obra a disponibilizar semanalmente para a fiscalização das entidades que compõem o Sistema FIEMT os percentuais equivalentes aos serviços produzidos em obra (Planilha Padrão SFIEMT que será fornecida pela fiscalização), para que se proceda ao acompanhamento virtual do desempenho da obra, com o objetivo de apurarmos índice de produtividade dos serviços.

6.1.26 Fornecer e preencher diariamente o livro de ocorrências (diário de obra), em 02 (duas) vias, mantendo-o permanentemente atualizado no local desde o seu início 1º (primeiro) dia.

6.1.27 Manter em condições de higiene todas as instalações sanitárias de uso efetivo de trabalho.

6.1.28 Refazer as suas expensas, no prazo de até **05 (cinco) dias corridos**, após notificação formal, os serviços prestados em desacordo com as descrições deste Edital, seus anexos e com a respectiva Proposta de Preços, ou que apresente vício de qualidade.

6.1.29 Responder durante **05 (cinco) anos** a contar da data da aceitação definitiva dos serviços, pela solidez e segurança dos mesmos, não só em razão material e mão de obra, como também do solo.

6.1.30 A CONTRATADA deverá ainda oferecer garantia de 1 (um) ano para todos os equipamentos instalados de CFTV, com exceção do Discos Rígidos (HD'S) e dos Switch's, que terão garantia de 3 (três) anos, a contar da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo do objeto contratado.

6.1.31 Correrão também exclusivamente por conta da CONTRATADA, as consequências de:

- a) Negligência, imperícia ou imprudência;
- b) Imperfeição ou insegurança da obra;
- c) Ausência de solidez dos trabalhos executados, mesmo após o término do presente Contrato, consoante normas em vigor;
- d) Informações relativas ao direito de privacidade industrial;
- e) Acidente de qualquer natureza com empregados, materiais ou aparelhagens.

6.2 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

6.2.1 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução da obrigação contratual, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE, desde que identificados.

6.2.2 Informar a Coordenação de Contratos e Jurídico do CONTRATANTE de qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços.

6.2.3 O CONTRATANTE poderá recusar os serviços da CONTRATADA, dentre outros, quando:

- a) Apresentem vício de qualidade ou impropriedade.
- b) Prestados em desacordo com os requisitos obrigatórios deste Contrato e Edital.
- c) Nota Fiscal/Fatura com descrições em desacordo com o Contrato e Edital.

6.2.4 As condições estabelecidas no Edital, anexos, Projetos, Memoriais entre outros, no que se aplicar, farão parte deste CONTRATO, independentemente de transcrição em seu texto.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Proteção de Dados Pessoais

7.1. As Partes obrigam-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

7.2 A CONTRATADA concorda com o tratamento, pelo CONTRATANTE, dos seus dados pessoais fornecidos em decorrência deste contrato, autorizando ao CONTRATANTE a coletar, tratar, conservar e usar tais dados para os fins necessários para execução deste contrato, bem como a transferência dos dados pessoais às empresas do SISTEMA FIEMT, a fim de viabilizar as atividades do CONTRATANTE e permitir o cumprimento deste contrato, obrigações legais e contratuais ou de cunho regulatório;

7.3 Fica estipulado que as Partes deverão se adequar em caso de alteração dos textos legais indicados na cláusula acima ou de qualquer outro, de forma que exija modificações na estrutura do escopo deste Contrato ou na execução das atividades ligadas a este Contrato;

7.4 As partes devem dar ciência aos seus diretores, acionistas/quotista/sócios, conselheiros, administradores, prepostos, empregados, clientes, fornecedores, parceiros ou qualquer outra pessoa física ou jurídica que vincule-se à execução deste contrato, sobre as legislações vigentes sobre Proteção de Dados Pessoais e garantir que possui todos os consentimentos e avisos necessários para permitir o tratamento de dados pessoais dos respectivos titulares a serem necessários para a execução do serviço;

7.5 As partes, neste ato, garantem reciprocamente, que todos os dados pessoais coletados, produzidos, receptados, classificados, utilizados, acessados, reproduzidos, transmitidos, distribuídos, processados, arquivados, armazenados, eliminados, avaliados ou controlados pela informação, modificados, comunicados, transferidos, difundidos ou extraídos em razão do presente instrumento, serão tratados em conformidade com as legislações vigentes aplicáveis, sob pena de indenizar a parte que não deu causa pelos prejuízos que este venha a incorrer em razão de eventuais demandas judiciais ou administrativas, que sejam prejuízos, moral, material ou perdas e danos ocasionados a parte, seus empregados, clientes ou fornecedores e parceiros;

7.6 A CONTRATADA se obriga a realizar a correção, eliminação, anonimização ou bloqueio de dados, quando notificado(a) pelo CONTRATANTE, nos casos de requisição do titular de dados pessoais ao CONTRATANTE;

7.7 A CONTRATADA deverá manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizar, bem como deverá adotar as melhores práticas e implementar medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra situações, acidentais ou ilícitas, de destruição, perda, alteração, comunicação, difusão, acesso não autorizado, ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito, além de garantir a segurança no âmbito do tratamento de dados pessoais;

7.8 A CONTRATADA deverá notificar o CONTRATANTE, imediatamente, por meio do e-mail de sua respectiva DPO (dpo.lgpd.@sfieimt.ind.br), nos termos do artigo 6º - item VIII, e, artigo 41, §2º - item I, da Lei nº 13.709/2018, em caso de reclamações e solicitações que venha a receber do titular de dados pessoais, bem como notificações, citações ou intimações judiciais ou administrativas em relação à conformidade com a proteção de dados identificados em razão do presente Contrato;

7.9 A CONTRATADA deverá notificar o CONTRATANTE, por meio do e-mail de sua respectiva DPO (dpo.lgpd.@sfieimt.ind.br), em 24 (vinte e quatro) horas, em virtude de: (i) qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de dados pessoais; (ii) qualquer descumprimento das obrigações contratuais relativas ao processamento e tratamento dos dados pessoais; e (iii) qualquer violação de segurança no âmbito das atividades do CONTRATADO;

7.10 A CONTRATADA compromete-se a auxiliar, na medida do razoável, no cumprimento de obrigações judiciais ou administrativas, de acordo com a Lei de Proteção de Dados Pessoais aplicável, fornecendo as informações disponíveis e ações necessárias para documentar e eliminar a causa e os riscos impostos por quaisquer violações de segurança, com relação aos dados pessoais utilizados na execução do objeto do presente Contrato;

7.11 O CONTRATANTE terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da CONTRATADA com a Proteção de Dados Pessoais, sem que implique em qualquer diminuição da responsabilidade da CONTRATADA;

7.12 O presente Contrato não transfere a propriedade de quaisquer dados do CONTRATANTE ou dos seus empregados, clientes, fornecedores e parceiros para a CONTRATADA;

7.13 A CONTRATADA se obriga a não utilizar, compartilhar ou comercializar quaisquer dados pessoais, inclusive os que se originarem e/ou forem criados a partir do tratamento de dados pessoais, que tenha acesso em razão do presente Contrato;

7.14 Cada Parte obriga-se a manter o mais absoluto dever de sigilo e confidencialidade relativamente a toda e quaisquer informações e dados pessoais tratados a que ela ou quaisquer de seus diretores, empregados e/ou prepostos venham a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiado em razão da celebração e execução deste Contrato.

7.15 A CONTRATADA se compromete a devolver e/ou eliminar todos os dados que vier a ter acesso em todos os casos em que (i) a CONTRATANTE solicitar; (ii) por rescisão contratual; (iii) com o término de vigência do contrato, salvo se ainda houver obrigações decorrentes deste;

7.16 Eventual descumprimento de quaisquer deveres ou obrigações legais, contratuais, judiciais ou administrativos por uma das Partes contratantes, não gera responsabilidade solidária ou subsidiária da outra Parte, ficando somente a Parte responsável, nos termos da lei, sujeita às sanções legais e contratuais pertinentes;

7.17 Fica assegurado à CONTRATANTE, nos termos da lei, o direito de regresso em face da CONTRATADA, diante de eventuais danos causados por esta em decorrência do descumprimento das obrigações aqui assumidas em relação à Proteção de Dados.

CLÁUSULA OITAVA – Do Sigilo

8.1 A CONTRATADA obriga a si e a seus prepostos, manter sigilo acerca dos dados confidenciais do CONTRATANTE a que vier ter conhecimento, tanto em relação às informações e dados pertinentes a sua natureza institucional, quanto em relação aos acontecimentos que devam ser resguardados pelo bem do CONTRATANTE, bem como informações que venha a ser-lhes confiado em razão do ora avençado e de interesse exclusivo do CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – Da Lei Anticorrupção

9.1 A CONTRATADA se obriga a cumprir a Lei Anticorrupção nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, todas as demais normas aplicáveis que visam à prevenção e o combate à corrupção;

9.2 A CONTRATADA declara e garante, ainda, que:

- a) Não se encontra sob investigação em virtude de denúncias de suborno e/ou corrupção;
- b) Ou no curso de um processo judicial e/ou administrativo sob a acusação de corrupção ou suborno;
- c) Não foi condenada por prática de ato de suborno e/ou corrupção;
- d) Não se encontra sujeita a restrições ou sanções econômicas impostas por qualquer entidade governamental.

9.3 A CONTRATADA notificará prontamente por escrito, ao CONTRATANTE, qualquer suspeita ou violação do disposto na Lei Anticorrupção e nas demais normas aplicáveis ao combate à corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista nesta Cláusula;

9.4 Qualquer descumprimento das disposições da Lei Anticorrupção pela CONTRATADA, em qualquer um dos seus aspectos, ensejará a rescisão motivada do presente instrumento, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades previstas neste Contrato, bem como facultará ao CONTRATANTE o ressarcimento, perante a CONTRATADA, de todo e qualquer dano suportado em função do referido descumprimento.

CLÁUSULA DECIMA – Da Fiscalização

10.1 A CONTRATADA facilitará por todos os meios de execução os trabalhos da fiscalização da obra que será exercida por Engenheiro ou Arquiteto credenciado pelo CONTRATANTE.

10.2 A Fiscalização será exercida por profissionais, Engenheiros e/ou Arquitetos (Engenheiro Fiscal), designados pelo CONTRATANTE a qual será investida de plenos poderes para:

- a) Solicitar da CONTRATADA a substituição, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, de qualquer profissional ou operário que embarace a sua fiscalização;
- b) Rejeitar serviços defeituosos ou materiais que não satisfaçam às obras contratadas, obrigando-se a CONTRATADA a refazer os serviços ou substituir os materiais, sem ônus para o CONTRATANTE e sem alteração do Cronograma ocorrendo tal hipótese, a CONTRATADA deverá tomar as providências que se fizerem necessárias dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

10.2.1 A ação ou omissão total ou parcial da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA de sua responsabilidade pela execução das obras, serviços e instalações contratadas.

10.3 A **fiscalização não poderá dar ordens diretamente ao pessoal da CONTRATADA**. Toda observação da obra deverá ser feita ao representante da CONTRATADA no canteiro da obra e registrado no Livro de Ocorrência (Diário de Obra).

10.5 As decisões da fiscalização do CONTRATANTE, sobre dúvidas e questões surgidas sobre a execução dos serviços, serão consideradas definitivas e irrevogáveis, salvo decisão de ordem Superior do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – Da Aceitação dos Serviços

11.1 O CONTRATANTE só aceitará, a qualquer título, após ouvida a fiscalização, os serviços que estiverem de acordo com as especificações e demais detalhes que apresentem acabamento perfeito, **observando as disposições contidas nesta cláusula, em especial:**

- a) Realizadas todas as medições, apropriações referentes a acréscimos e modificações;
- b) Se constate estar a mesma perfeitamente acabada, segundo as especificações do projeto;

Contrato nº XXX/2022 da ENTIDADE - Processo nº xxx/2022 - Página 11 de 16

c) Efetivadas as ligações de água, energia, telefone e quaisquer outras que se fizerem necessárias segundo as especificações do projeto, se for o caso.

11.1.1 Os serviços que no parecer da fiscalização, não reunirem tais condições, serão rejeitados, cabendo à CONTRATADA, todos os ônus decorrentes da rejeição, inclusive quanto a prazos e despesas.

11.2 Executado o serviço, estando o mesmo em condições de ser recebido, a CONTRATADA deverá comunicar à FISCALIZAÇÃO, **por escrito e dentro do prazo de execução contratual**, a fim de que seja realizada VISTORIA para fins de Recebimento Provisório;

11.2.1 A emissão da comunicação acima referida fora do prazo de execução caracterizará atraso, sujeitando a CONTRATADA às penalidades cabíveis previstas em contrato.

11.3 Para fins de **Recebimento Provisório**, quando os serviços ficarem integralmente concluídos, de perfeito acordo com as especificações, será lavrado, por uma Comissão especialmente designada pelo CONTRATANTE, o **Termo de Recebimento Provisório**, em 02 (duas) vias de igual teor, todas elas assinadas pelos membros da Comissão e pela CONTRATADA, observadas o seguinte:

11.3.1 Constatada a condição de conclusão do objeto através da VISTORIA, **em até 15 (quinze) dias corridos** contados a partir do término do serviço, a FISCALIZAÇÃO emitirá o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, o qual deverá ser circunstanciado e assinado por ambas as partes.

11.3.2 Em caso de constatação local da **não finalização dos serviços e da existência de parcelas ainda não executadas/fornecidas**, não será reconhecido efeito à comunicação referida na alínea "a" (acima), o que implicará a **não emissão do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**. Nesse caso deverá ser apresentada lista de pendências concedendo-se prazo compatível, **de até 30 (trinta) dias corridos** da data da constatação, para que a CONTRATADA, às suas expensas, repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, no total ou em parte, o objeto do Contrato, com vistas ao atendimento das exigências efetuadas.

11.3.3 Concluídos os trabalhos relativos às pendências listadas, a CONTRATADA efetuará, dentro do prazo fixado acima, por escrito, comunicado à Fiscalização do CONTRATANTE solicitando a realização de NOVA VISTORIA, que deverá ser realizada **em até 05 (cinco) dias corridos**, para emissão do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

11.3.3.1 Se porventura forem constatadas novas pendências e/ou que não foram sanadas anteriormente apontadas pela Fiscalização do CONTRATANTE, caracterizar-se-á atraso a partir daquela data.

11.3.4 Constatada a conclusão das pendências na nova VISTORIA, a FISCALIZAÇÃO emitirá comunicado interno, em até **5 (cinco) dias corridos** da comunicação da CONTRATADA, para que sejam efetuadas as providências com vistas ao RECEBIMENTO DEFINITIVO.

11.4 Para fins de **Recebimento Definitivo** do serviço será lavrado, também em 02 (duas) vias o **Termo de Recebimento Definitivo** pelo CONTRATANTE por intermédio da Comissão por ele designado para tanto, se o serviço contratado não apresentar defeitos ou imperfeições, ou se os existentes tiverem sido corrigidos, e assim, considerado como executado e concluído dentro das especificações e condições contratuais, assinadas pelos membros da Comissão e pela CONTRATADA, observadas o seguinte:

11.4.1 No prazo de **até 90 (noventa) dias corridos** contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório (se não houver pendências) ou da comunicação da FISCALIZAÇÃO referida no item **11.3.4**, será observado o funcionamento/productividade dos equipamentos e/ou instalações e finalizada VISTORIA com vistas à emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

11.4.2 Havendo indicação de novas pendências, será concedido prazo, **limitado a 15 (quinze) dias corridos contados da VISTORIA**, a fim de efetuarem-se as correções necessárias.

11.4.3 Sanadas as pendências, após nova comunicação escrita da CONTRATADA, será efetuada VISTORIA FINAL e após a verificação da perfeita adequação do serviço às especificações constantes do edital, seus anexos e contrato, será emitido o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DO SERVIÇO, em **até 10 (dez)**

dias corridos da comunicação da CONTRATADA. do qual constará obrigatoriamente, que o prazo, mencionado no Art. 618 do Código Civil, será contado, em qualquer hipótese, a partir da data do referido Termo.

11.5 O CONTRATANTE não emitirá o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, nos casos seguintes:

- a) Não tiverem sido atendidas todas as reclamações da fiscalização, relativas a defeitos, ou imperfeições, que venham a ser verificadas em qualquer elemento das obras e serviços executados;
- b) **Se houver pendências trabalhistas relativas aos empregados da obra, especialmente, a falta de pagamento de salário;**
- c) Se forem constatadas pendências de ordem fiscal ou parafiscal;
- d) Se a CONTRATADA deixou de efetuar o pagamento à fornecedores de material, bem como a prestadores de serviços, utilizados na edificação e/ou não proceder à remoção do entulho, materiais que sobram e reparar aos eventuais estragos feitos a qualquer obra ou instalação pública.

11.6 O período entre a emissão dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo **não poderá ultrapassar os 90 (noventa) dias corridos.**

11.7 No caso de execução de serviços imperfeitos ou em desacordo com especificações, devidamente constatada pela fiscalização ou uma vez comprovada a inadimplência de qualquer obrigação contratual, o CONTRATANTE poderá optar pela rescisão ou qualquer outra medida que melhor convier.

11.8 O CONTRATANTE estará, automaticamente, emitido na plena posse da obra com todos os materiais e acessórios após o recebimento provisório da mesma.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – Da Rescisão

12.1 O presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independente de notificação judicial ou extrajudicial:

- a) Se a CONTRATADA deixar de iniciar os serviços dentro do prazo que **constar da data de recebimento da ORDEM DE SERVIÇO;**
- b) Se paralisar as obras pelo espaço de 48 (quarenta e oito) horas sem motivos justificados;
- c) Se atrasar as etapas da obra sem motivos justificados;
- d) Em caso de inadimplência de qualquer das Cláusulas contratuais;
- e) Ocorrendo liquidação amigável ou judicial ou falência da CONTRATADA;
- f) Na eventualidade da CONTRATADA utilizar o presente Contrato, para fins de caução ou de garantias de quaisquer espécies, sem anuência expressa do CONTRATANTE.

12.2 Rescindido o Contrato, o CONTRATANTE sem prejuízo da exequibilidade de débitos anteriores da CONTRATADA, inclusive, por multas expostas, entrará na posse imediatamente de todos os serviços executados, bem como de todo o material e equipamentos existentes no local da Obra, renunciando a CONTRATADA ao exercício de retenção sobre eles, os quais deverão ser arrolados na presença de duas testemunhas, para ulterior acerto de contas, no entanto, estes poderão ser utilizados pelo CONTRATANTE, sem quaisquer ônus adicionais, para a conclusão da obra.

12.3 Será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas de providências que se tornarem necessárias para a regulamentação do presente Contrato.

12.4 Quando a iniciativa da rescisão, sem justa causa, partir da CONTRATADA, esta indenizará o CONTRATANTE nos prejuízos causados.

12.5 Não caberá à CONTRATADA, indenização de qualquer espécie, seja a que título for, caso o presente ajuste seja rescindido por inadimplência da CONTRATADA de qualquer uma das normas contratuais vigentes, termos em que a CONTRATADA será considerada responsável para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das Penalidades e dos Atrasos e Interrupções

13.1 Aplicar-se-á à CONTRATADA, ressalvada os motivos de força maior, descritos no **item 13.2** e suas **alíneas**, devidamente comprovadas, as multas do **item 13.3** e suas **alíneas**.

13.2 São considerados motivos de força maior, para isentar de multa, os atrasos decorrentes de:

- a) Interrupção nos meios de transportes;
- b) Casos de calamidade pública, inclusive chuvas torrenciais e suas consequências;
- c) Acidentes que impliquem em retardamento na execução da obra, sem culpa da CONTRATADA;
- d) Falta de energia elétrica ou de água, sempre que tais faltas, independerem dos recursos técnicos financeiros da CONTRATADA;
- e) Greve generalizada dos operários e empregados, sem culpa da CONTRATADA;
- f) Modificações no projeto, desenhos ou especificações da obra pelo CONTRATANTE, que não haviam sido comunicadas à CONTRATADA com a devida antecipação;
- g) Falta de pronunciamento do CONTRATANTE.

13.3 A **CONTRATADA** estará sujeita à aplicação de penalidades, conforme disposto a seguir:

- a) 0,3% (três décimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na entrega do serviço;
- b) Multa, correspondente a até 10% (dez por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do Contrato, nos casos previstos, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir as perdas e danos a quem der causa.

13.4 O valor da Multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA**:

- a) Se o valor a ser pago à **CONTRATADA** não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual;
- b) Se os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher a importância remanescente devida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial;
- c) Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela **CONTRATADA** o **CONTRATANTE**, encaminhará para cobrança Judicial ou Extra Judicial.
- d) Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contado da solicitação do **CONTRATANTE**.

13.5 A **CONTRATADA** não incorrerá em multa durante as prorrogações expressamente concedidas pelo **CONTRATANTE**, nos casos de impedimentos efetivamente constatados, conforme registro no diário de obras. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos ou da quantia eventualmente prestada como garantia ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

13.6 As penalidades por infração de qualquer das cláusulas do presente contrato, inclusive as multas previstas, são autônomas e a aplicação de uma não exclui a da outra.

13.7 A inexecução total ou parcial do Contrato, excluídas as hipótese de caso fortuito e força maior, acarretará a **CONTRATADA**, às seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa;
- c) Rescisão;
- d) Suspensão do direito de licitar ou contratar com o **CONTRATANTE**, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

13.8 Fica facultada a defesa prévia da **CONTRATADA**, em qualquer caso de aplicação de penalidade, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da intimação do ato.

13.9 Em caso de aplicação da penalidade de multa, quando transcorridos os prazos estabelecidos para defesa e para pagamento, o **CONTRATANTE** reserva-se no direito de descontar o valor da penalidade dos créditos que a **CONTRATADA** eventualmente tenha a seu favor, sem prejuízo da proposição das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Do Reajuste

14.1 O preço definido no **item 5.1.1** neste contrato é **fixo e irreajustável** pelo período de 12 (doze) meses contados da data da apresentação da última proposta comercial, **salvo nas disposições abaixo**.

14.2 Na hipótese do prazo deste instrumento contratual exceder 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, por motivos alheios à vontade da CONTRATADA, tais como, alteração do cronograma físico-financeiro, por interesse ou por fato superveniente resultante de caso fortuito ou força maior, o valor remanescente, ainda não pago, poderá ser reajustado.

14.3 O Contrato poderá ser reajustado desde que mediante solicitação prévia e escrita da CONTRATADA, mediante **APOSTILAMENTO**, utilizando-se do índice INCC (Índice Nacional da Construção Civil), desde que observado o interregno de 01 (um) ano, a contar da data da proposta. Caso a CONTRATADA não solicite no período aquisitivo do reajuste, terá seu direito precluso, podendo apenas solicitar no próximo período.

14.5 A CONTRATADA só fará jus a qualquer reajuste na constância da vigência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Do Acréscimo e Supressão dos Serviços

15.1 O CONTRATANTE poderá reduzir ou crescer os serviços e obras, modificando ou não o projeto, sem que, em caso de redução, caiba qualquer pedido de ressarcimento por parte da CONTRATADA, seja a que título for. Tanto no caso de acréscimo como de redução, serão pagos os serviços efetivamente prestados, a partir dos quantitativos efetivamente executados e preços unitários contratuais ou que sejam previamente aprovados.

15.2 No interesse do CONTRATANTE, o valor inicial da obra, objeto deste Contrato, poderá ser acrescido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 30, do Regulamento de Licitações e Contratos do SENAI, sendo as supressões possíveis quando tecnicamente justificadas e aceitas pelas partes, não se aplicando o limite percentual do artigo citado.

15.3 No caso particular de reforma o limite no caso de acréscimo, poderá ser de até 50% (cinquenta por cento), conforme disposto no artigo 30, do Regulamento de Licitações e Contratos do SENAI.

15.4 Não poderá a CONTRATADA pleitear quaisquer acréscimos de preços sob alegação de falhas, omissões ou inexecuibilidade de qualquer parte do projeto, entendendo-se previsto no preço total, constante na proposta o custo dos serviços e modificações que forem imprescindíveis à execução da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Dos Casos Omissos

16.1 No presente CONTRATO, caso ocorra qualquer omissão nas Cláusulas pactuadas neste ajuste, as mesmas deverão ser dirimidas de acordo com o Regulamento de Licitações e Contratos do SESI/SENAI e demais legislações aplicáveis ao caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do contrato físico e eletrônico e das respectivas assinaturas

17.1 Caso a **CONTRATADA**, por meio de seu(s) representante(s) legal(is) e testemunha(s), optem por assinar o contrato eletronicamente, o que é altamente recomendável, frente a celeridade e economicidade proporcionada, esta(s) deverá(o) informar o seu desejo a **CONTRATADA** para que a referida forneça link de acesso a plataforma Bry Tecnologia, permitindo assim a coleta das respectivas assinaturas, o qual será remetido (link) ao e-mail principal fornecido pela **CONTRATADA** possibilitando a coleta das respectivas assinaturas. Ressalta-se que a **CONTRATADA** ao informar o e-mail principal para a coleta das assinaturas, deverá encaminhar os dados pessoais de seus representantes legais que possuam capacidade, seja por ato constitutivo, seja procuração, ou por qualquer outro instrumento correlato, para formalizar os documentos necessários para a produção dos efeitos jurídicos, devendo as informações serem acompanhadas de seus respectivos documentos (digital).

Contrato nº **XXX**/2022 da ENTIDADE - Processo nº xxx/2022 - Página 15 de 16

17.2 Ressalta-se que priorizando a **CONTRATADA** em assinar o documento de forma física, **terão** seus (s) representante(s) legal(is) e suas testemunha(as) o encargo de assinar e rubricar todas as páginas, devendo por fim o pacto contratual ser assinado da mesma maneira que consta no documento pessoal (RG, CNH, IDENTIDADE FUNCIONAL) do respectivo representante(es), obrigando-se ainda, a escanear (*scanner*) em colorido tanto o documento pessoal que foi utilizado de parâmetro para assinatura, como o instrumento jurídico, devendo ambos (contrato e documento pessoal) serem encaminhados (digitalizados) via e-mail, e por fim, ser remetida, imediatamente, a via original do instrumento jurídico assinado pela **CONTRATADA** para o seguinte endereço: Avenida Rubens de Mendonça, nº 4.193, Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT – Destinatário: SFIEMT - GESTÃO DE CONTRATOS.

17.2.1. Ademais, optando a **CONTRATADA** por se valer única e exclusivamente do contrato físico, e conseqüentemente da assinatura a próprio punho (física), ainda sim, **declara** que reconhece e aceita a autenticidade da assinatura digital/eletrônica emitida pela **CONTRATANTE** em seus instrumentos contratuais, renunciando ao direito de impugnar a sua validade e/ou eficácia em quaisquer circunstâncias, bem como reconhece que a ferramenta Bry Tecnologia atende aos mais altos níveis de autenticação e a rigorosos padrões de segurança, garantindo segurança e validade jurídica, atestando de forma inequívoca a autoria e o conteúdo do documento eletrônico, a qual é realizada, mediante o uso de senha pessoal e intransferível de seu(s) representante(s) legal(is) e testemunha(s), armazenada e protegida em conformidade com o art. 10 e seguintes, da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, e demais normas e padrões internacionais de segurança da informação, de acordo com os termos e condições de uso da plataforma supramencionada.

17.3 Por fim a **CONTRATADA** reconhece ainda, para todos os fins de direito, que independentemente da forma de materialização do instrumento jurídico (Documento físico – Assinatura física ou Documento Digital – Assinatura Digital), as cláusulas que se utilizem da data da assinatura para sua plena materialização/aplicação, **devem produzir seus efeitos a partir do primeiro dia (útil) posterior a data da última assinatura eletrônica. Todavia, se excepcionalmente as partes optarem por assinar de forma física o instrumento jurídico, os seus efeitos produzir-se-ão a partir do primeiro dia (útil) posterior a data afixada no instrumento contratual.**

CLÁUSULA DECIMA OITAVA – Do Foro em Geral

18.1 As partes elegem o foro da Comarca de Cuiabá/MT, renunciando a quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam, para dirimir dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem de pleno acordo com os termos ajustados, as partes contratantes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Cuiabá/MT, XX de mês de 20xx.

NOME POR EXTENSO
Representante Legal do Contratante

NOME POR EXTENSO
Representante Legal da Contratada

TESTEMUNHAS:

1. Nome: _____
RG nº _____

2. Nome: _____
RG nº _____